

1848018
1864513

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA
NASCENTES DO XINGU PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A.**

1º Ofício do Registro de Títulos e Documentos
Cidade do Rio de Janeiro

4011006 - 1885506

Custas: R\$

Total

46308,84

Emi 53224, 57-PET 16648, 70-SPD 18, 95-MN 15, 28-AC
Q:26-FUNDPERJ 1661, 22-FUNPERJ 1661, 22-FUNARPEN 1328, 95
Registrado e digitalizado em 03/08/2016

que entre si fazem, de um lado,

NASCENTES DO XINGU PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A.
na qualidade de emissora

e, de outro lado,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
na qualidade de agente fiduciário

e, ainda,

AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.,
na qualidade de interveniente garantidora

em 29 de julho de 2016

40 10



ÍNDICE



1. AUTORIZAÇÃO	4
2. DOS REQUISITOS.....	4
3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO	6
4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES.....	9
5. DA AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO OBRIGATÓRIO, DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA OBRIGATÓRIA E DO VENCIMENTO ANTECIPADO.....	20
6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA.....	30
7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO	37
8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	48
9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA.....	49
10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	53

do 5



10

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA NASCENTES DO XINGU PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A.



Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

NASCENTES DO XINGU PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A., sociedade anônima, constituída sob as leis brasileiras, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), com sede na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Avenida Miguel Sutil, nº 12.727, Bairro Cidade Alta inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 16.575.828/0001-08, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“Emissora” ou “Companhia”); e

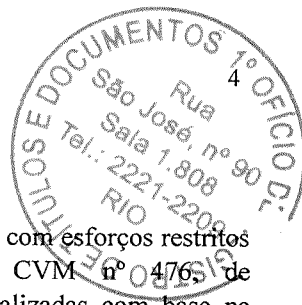
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, constituída sob as leis brasileiras, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 8, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão (“Debenturistas”), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) (“Agente Fiduciário”).

E, ainda, na qualidade de interveniente garantidora,

AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, com registro de companhia aberta perante a CVM, constituída sob as leis brasileiras, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.744, 8º andar, sala 1, Bairro Jardim Paulistano, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.827.501/0001-58, neste ato devidamente representada por seus representantes legais (“AEGEA Saneamento” ou “Interveniente Garantidora” e em conjunto com a Emissora e o Agente Fiduciário, “Partes”).

Celebram o presente “Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Nascentes do Xingu Participações e Administração S.A.” (“Escritura”, “Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), nos termos e condições abaixo.





1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A Emissão das Debêntures e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de distribuição ("Oferta Restrita"), nos termos da Instrução da CVM nº 476 de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") serão realizadas com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 20 de julho de 2016 ("AGE da Emissora"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.
- 1.2 A Fiança e as Garantias Reais (conforme definidas abaixo) prestadas pela Interveniente Garantidora e pelas Concessionárias, conforme o caso, foram devidamente autorizadas em Reunião do Conselho de Administração da AEGEA Saneamento, realizada em 20 de julho de 2016 ("RCA AEGEA Saneamento"), Assembleia Geral de Acionistas da Águas de Sorriso S.A. ("Sorriso"), realizada em 20 de julho de 2016 ("AGE Sorriso"), Assembleia Geral de Acionistas da Águas de Primavera S.A. ("Primavera"), realizada em 20 de julho de 2016 ("AGE Primavera") e Assembleia Geral de Acionistas da Águas de Campo Verde S.A. ("Campo Verde") e, em conjunto com a Primavera e a Sorriso, as "Concessionárias", realizada em 20 de julho de 2016 ("AGE Campo Verde").

2. DOS REQUISITOS

- 2.1 A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1 Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1.1 As atas da AGE Emissora, AGE Sorriso, AGE Primavera e AGE Campo Verde, de que tratam as Cláusulas 1.1 e 1.2 acima, serão arquivadas na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso ("JUCEMAT"). A ata da AGE Emissora será publicada no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso e no Diário de Cuiabá, e as atas da AGE Sorriso, AGE Primavera e a AGE Campo Verde serão publicadas no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso e na Gazeta de Cuiabá, todos nos termos do artigo 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.2 A ata da RCA AEGEA Saneamento, de que trata a Cláusula 1.2 acima, será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), bem como publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário Comercial de São Paulo, nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2 Inscrição e Registro da Escritura

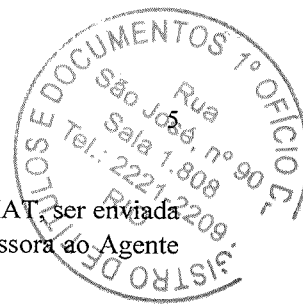
2.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser levados a registro pela Emissora na JUCEMAT em até 8 (oito) Dias Úteis da data de respectiva assinatura, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e seu §3º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo 01 (uma) via original da



Handwritten signature and initials.

Handwritten mark, possibly a signature or initials.

respectiva Escritura ou de seus eventuais aditamentos, devidamente arquivada na JUCEMAT, ser enviada no prazo de 8 (oito) Dias Úteis a contar da obtenção dos respectivos registros, pela Emissora ao Agente Fiduciário.



2.1.2.2 Em virtude da Fiança de que trata a Cláusula 4.9 abaixo, a presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de (i) São Paulo, no Estado de São Paulo, (ii) Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro e (iii) Cuiabá, no Estado do Mato Grosso (em conjunto, os “Cartórios”), nos termos da Cláusula 4.9.13 abaixo, devendo 01 (uma) via original da respectiva Escritura ou de seus eventuais aditamentos, devidamente arquivada nos cartórios referidos acima ser enviada no prazo de 8 (oito) Dias Úteis a contar da obtenção dos respectivos registros, pela Emissora ao Agente Fiduciário.

2.1.3 Dispensa do Registro na CVM

2.1.3.1 A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.4 Dispensa do Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.1.4.1 Por se tratar de distribuição pública, com esforços restritos, a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada na ANBIMA, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” atualmente em vigor, exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, após a expedição de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

2.1.5 Registro dos Contratos de Garantia Real

2.1.5.1 Os Contratos de Garantia Real (conforme definido abaixo) deverão, previamente à subscrição das Debêntures, ser levados a registro perante os competentes cartórios de registro de títulos e documentos, conforme neles disposto, nos termos da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, devendo 01 (uma) via original de cada Contrato de Garantia Real, devidamente registrada perante os referidos cartórios competentes, ser entregue ao Agente Fiduciário no prazo de até 8 (oito) Dias Úteis após a obtenção dos respectivos registros.





3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades, como sócia quotista ou acionista, no país ou no exterior.

3.2 Número da Emissão

3.2.1 A presente Emissão é a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

3.3 Número de Séries

3.3.1 A Emissão será realizada em série única.

3.4 Montante da Emissão

3.4.1 O montante total da Emissão será de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

3.5 Quantidade de Debêntures

3.5.1 Serão emitidas 150 (cento e cinquenta) Debêntures.

3.6 Banco Liquidante e Escriturador

3.6.1 O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, atuará como banco liquidante ("Banco Liquidante") e a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64, atuará como escriturador das Debêntures ("Escriturador").

3.7 Destinação dos Recursos

3.7.1 Os recursos líquidos captados por meio da Emissão serão destinados, pela Emissora, para a liquidação da totalidade das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, da 1ª emissão da Companhia ("Primeira Emissão"). Caso a Emissora realize a liquidação referida acima anteriormente ao recebimento dos recursos oriundos da Emissão, a Emissora poderá destinar os respectivos recursos à realização de investimentos em subsidiárias ou de outra forma, a seu exclusivo critério.



Handwritten signature/initials.

Handwritten mark or signature.



3.8 Distribuição e Negociação

3.8.1 As Debêntures serão depositadas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto nas Cláusulas 3.8.2 a 3.8.4 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.8.2 Não obstante o disposto na Cláusula 3.8.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definido) nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados a partir da data de cada subscrição ou aquisição, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

3.9 Regime de Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de subscrição da totalidade das Debêntures, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Coordenador Líder”), nos termos do “Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real Fidejussória, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da 2ª Emissão da Nascentes do Xingu Participações e Administração S.A.”, a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder (“Contrato de Distribuição”).

3.9.2 O plano de distribuição das Debêntures observará o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais (conforme definido abaixo), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

3.9.3. Nos termos da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada pela Instrução da CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014 (“Instrução CVM 539” e “Instrução CVM 554”, respectivamente) e para fins da Oferta Restrita, serão considerados:

- (i) “Investidores Profissionais”: (a) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (b) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (c) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (d) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua



condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM 539; (e) fundos de investimento; (f) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (g) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (h) investidores não residentes; e

- (ii) “Investidores Qualificados”: (a) Investidores Profissionais; (b) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM 539; (c) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (d) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados.

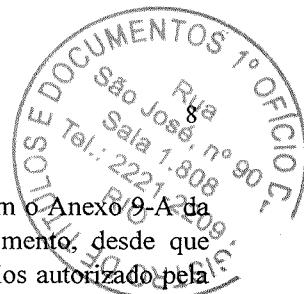
3.9.4. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.9.5. Os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.

3.9.6. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder.

3.9.7. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos de subscrição das Debêntures, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Profissionais.

3.9.8. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando, dentre outros, (i) possuir conhecimento sobre o mercado financeiro suficiente para



que não lhe sejam aplicáveis um conjunto de proteções legais e regulamentares conferidas aos demais investidores, (ii) ser capaz de entender e ponderar os riscos financeiros relacionados à aplicação de seus recursos em valores mobiliários que só podem ser adquiridos por Investidores Profissionais, (iii) possuir investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), (iv) estar ciente de que a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e que poderá ser registrada na ANBIMA exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados ANBIMA, nos termos da Cláusula 2.1.4 acima; (v) estar ciente de que as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura; e (vi) estar integralmente de acordo com todos os termos e condições da Oferta Restrita.

3.9.9. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese e não será admitida a distribuição parcial das Debêntures.

3.9.10. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Profissionais interessados em adquirir as Debêntures.

3.9.11. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP e com o plano de distribuição descrito no Contrato de Distribuição e nesta Escritura de Emissão.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1 Valor Nominal Unitário

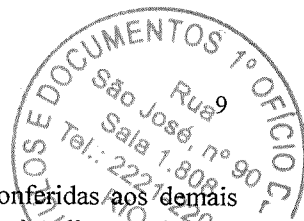
4.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2 Data de Emissão

4.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 01 de agosto de 2016 ("Data de Emissão").

4.1.3 Prazo e Data de Vencimento

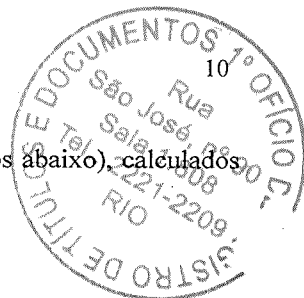
4.1.3.1 O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 01 de agosto de 2019 ("Data de Vencimento"), ressalvadas (i) as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.4 abaixo; e (ii) as hipóteses de Resgate Antecipado previsto nas Cláusulas 5.2 e 5.3 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo seu Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor



[Handwritten signatures]

[Handwritten signature]

Nominal Unitário), acrescido dos Juros Remuneratórios devidos (conforme definidos abaixo), calculados na forma prevista nesta Escritura.



4.1.4 *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas e certificados.

4.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.5.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.1.6 *Espécie*

4.1.6.1 As Debêntures serão da espécie quirografária com garantias adicionais real e fidejussória.

4.1.7 *Conversibilidade*

4.1.7.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.2 **Subscrição e Integralização**

4.2.1 *Forma e Prazo de Subscrição*

4.2.1.1 A subscrição das Debêntures será realizada por meio do MDA. Adicionalmente, as Debêntures poderão ser subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início da distribuição, observado o disposto no artigos 7-A e 8º, § 2º da Instrução CVM 476.

4.2.2 *Forma e Preço de Integralização*

4.2.1.2. As Debêntures serão integralizadas, no mercado primário, à vista, no ato de subscrição (“Data de Integralização”) e em moeda corrente nacional pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até cada Data de Integralização, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP, e observadas as condições previstas nesta Escritura.

4.3 **Direito de Preferência**

4.3.1 Não há direito de preferência dos atuais acionistas da Emissora na subscrição das Debêntures.

Handwritten signature/initials.



Handwritten mark or signature.



4.4 Atualização Monetária e Remuneração

4.4.1. Atualização Monetária

4.1.1.1. O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente.

4.4.2 Juros Remuneratórios

4.4.2.1 Sobre o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário), incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over* extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida das seguintes sobretaxas:

- (i) entre a Data de Emissão (inclusive) e até 01 de dezembro de 2017 (exclusive), de 2,40% (dois inteiros e quarenta centésimos por cento) ao ano (“Remuneração 18 Meses”); e
- (ii) entre 01 de dezembro de 2017 (inclusive) e até a Data de Vencimento (exclusive), de 2,80% (dois inteiros e oitenta centésimos por cento) ao ano (“Remuneração 36 Meses” e, em conjunto com a Remuneração 18 Meses, “Juros Remuneratórios”).

4.4.2.2. Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data Emissão (ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável) até a data de seu efetivo pagamento.

4.4.2.3 Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

onde:

J = valor dos Juros Remuneratórios devidos em cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário), informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;



FatorJuros = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde:

FatorDI = produtório das Taxas DI, desde a Data de Emissão ou desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a respectiva data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 (um) até n.

n = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do “FatorDI”, sendo “n” um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI de ordem k, divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator Spread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculada conforme a seguinte fórmula:

$$\text{FatorSpread} = \left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}}$$



40 50

20



onde,

$spread$ = (i) 2,4000, entre a Data de Emissão (inclusive) e até 01 de dezembro de 2017 (exclusive); e (ii) 2,8000 entre 01 de dezembro de 2017 (inclusive) até a Data de Vencimento (exclusive).

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo “DP” um número inteiro.

4.4.2.4. Observações:

- (a) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “FatorDI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (d) o fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- (e) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.4.2.5 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

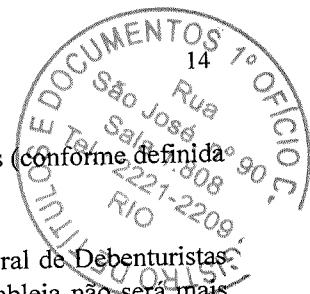
4.4.2.6 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias corridos e consecutivos da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, imediatamente, no caso de sua extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) no prazo de até 2 (dois) dias contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula 4.4.2.6, para definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI



de 5

20

divulgada oficialmente até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo).



4.4.2.7 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a que se refere a Cláusula 4.4.2.6. acima, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.4.2.8 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a que se refere a Cláusula 4.4.2.6. acima, qual a alternativa escolhida dentre:

- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, consequentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) a que se refere a Cláusula 4.4.2.6. acima, pelo seu Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário) não amortizado nos termos desta Escritura, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate e dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), se for o caso. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida; ou
- (ii) a Emissora amortizará antecipadamente e, consequentemente, cancelará a totalidade das Debêntures, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, em comum acordo com os Debenturistas, o qual não excederá a Data de Vencimento. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente até a data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a que se refere a Cláusula 4.4.2.6. acima. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis utilizada pela Taxa DI.

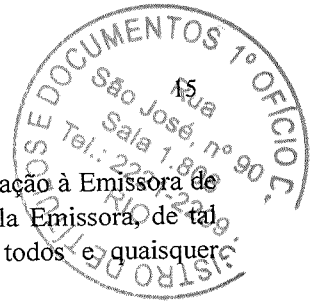
4.4.2.9 A Interviente Garantidora desde já concorda com o disposto nas Cláusulas 4.4.2.5 a 4.4.2.8 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil")



do

10

mantendo-se as garantias válidas e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. A Interviente Garantidora desde já concorda e se obriga a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto acima.



4.5 Repactuação

4.5.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

4.6 Amortização e Pagamento dos Juros Remuneratórios

4.6.1 O Valor Nominal Unitário será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento, salvo no caso de vencimento antecipado, Resgate Antecipado e Amortização Extraordinária, conforme previsto nas Cláusulas 5.2 e 5.3 desta Escritura.

4.6.2 Os Juros Remuneratórios serão pagos trimestralmente, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 01 de novembro de 2016, e o último na Data de Vencimento (cada data, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios").

4.7 Condições de Pagamento

4.7.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.7.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou do Escriturador; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.7.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.7.1.2.1 O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.7.1.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Escriturador,



Handwritten signature or initials.

Handwritten mark or signature.

bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Escriturador ou pela Emissora.

4.7.1.2.2 Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 4.7.1.2 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora ou o Escriturador por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

4.7.2 *Prorrogação dos Prazos*

4.7.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente bancário na (i) Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, (ii) na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou (iii) na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

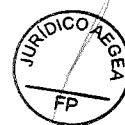
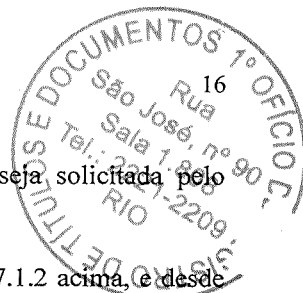
4.7.3 *Encargos Moratórios*

4.7.3.1 Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, independente de notificação judicial ou extrajudicial, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

4.7.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

4.7.4.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Juros Remuneratórios e/ou até as datas de amortização definidas na Cláusula 4.6.1 desta Escritura.

4.8 **Publicidade**



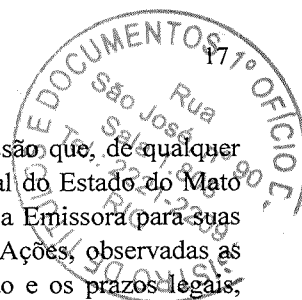
4.8.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso e no Diário de Cuiabá, jornal de grande circulação usualmente utilizado pela Emissora para suas publicações legais, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização, sendo certo, ainda, que caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

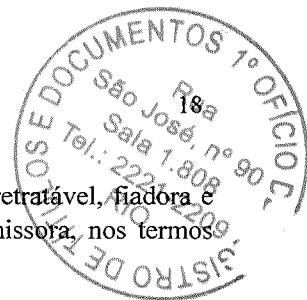
4.9 Garantia Fidejussória

4.9.1 Para assegurar o fiel, integral e pontual cumprimento de todas e quaisquer obrigações, principais e acessórias, pecuniárias ou não, presentes e futuras, assumidas nesta Escritura, e nos demais documentos da Emissão, a Interviente Garantidora, em caráter irrevogável e irretratável, presta fiança ("Fiança") em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com a Emissora, com relação aos valores devidos nos termos desta Escritura e dos demais documentos da Emissão, incluindo: (i) o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário), acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, calculados nos termos desta Escritura; (ii) todos e quaisquer custos e/ou despesas comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de quaisquer procedimentos, despesas judiciais, extrajudiciais e/ou verbas indenizatórias, quando houver, desde que tais custos e/ou despesas tenham se mostrado necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas decorrentes desta Escritura e tenham sido devidamente comprovados à Emissora, bem como despesas com Agente Fiduciário, Escriturador, Banco Liquidante e verbas indenizatórias, quando houver ("Obrigações Garantidas").

4.9.2 Todo e qualquer pagamento realizado pela Interviente Garantidora em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, exceto nas hipóteses de retenção direta na fonte.

4.9.3 As Obrigações Garantidas serão pagas pela Interviente Garantidora, em até 5 (cinco) Dias Úteis, após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário ou dos Debenturistas à Interviente Garantidora, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures. O pagamento deverá ser realizado, fora do âmbito da CETIP, e de acordo com instruções fornecidas pelo Agente Fiduciário.





4.9.4 A Interveniente Garantidora declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora das Obrigações Garantidas, solidariamente responsável com a Emissora, nos termos desta Escritura e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

4.9.5 Fica facultado à Interveniente Garantidora efetuar pagamento de obrigação inadimplida pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, inclusive, durante eventual prazo de cura estabelecido nesta Escritura, hipótese em que o inadimplemento da Emissora será sanado pela Interveniente Garantidora.

4.9.6 A Interveniente Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigo 130 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

4.9.7 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Interveniente Garantidora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.9.8 A Interveniente Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula 4.9, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Interveniente Garantidora se obriga a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente as Obrigações Garantidas.

4.9.9 A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral, efetivo e irrevogável pagamento das Obrigações Garantidas, inclusive nos casos de prorrogação da Data de Vencimento.

4.9.10 A Interveniente Garantidora declara e garante, conforme aplicável, que (i) a prestação desta Fiança foi devidamente autorizada por seu respectivo órgão societário competente; e (ii) todas as autorizações necessárias para prestação desta Fiança foram obtidas e se encontram em pleno vigor.

4.9.11 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob qualquer hipótese, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação das Obrigações Garantidas, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e a Interveniente Garantidora.

4.9.12 Fica desde já certo e ajustado que o inadimplemento de obrigação pela Emissora, no prazo de cura estipulado nesta Escritura, não configura em nenhuma hipótese, inadimplemento pela Interveniente Garantidora das obrigações por ela assumidas nos termos da Escritura.



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]



4.9.13 Em virtude da Fiança prestada pela Interveniente Garantidora, a presente Escritura e eventuais aditamentos serão registrados pela Emissora nos competentes cartórios, e encaminhados ao Agente Fiduciário, nos prazos estabelecidos na Cláusula 2.1.2.2 desta Escritura.

4.10 Garantias Reais

4.10.1 Observada a implementação da Condição Suspensiva (conforme abaixo definido), nos termos da Cláusula 4.10.2 abaixo, para assegurar o integral cumprimento da totalidade das Obrigações Garantidas, serão concedidas as seguintes garantias reais em favor dos titulares das Debêntures (“Garantias Reais”), representados pelo Agente Fiduciário (em conjunto, “Cessão Fiduciária”): a (i) cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios aos quais cada uma das Concessionárias tem direito nos termos dos respectivos contratos de concessão (“Direitos Creditórios”), quais sejam: (1) do Contrato de Concessão decorrente do Edital de Concorrência Pública nº 001/2000 do Município de Sorriso, Estado do Mato Grosso, celebrado em 14 de junho de 2000, conforme aditado (“Contrato de Concessão Sorriso”); (2) do Contrato de Concessão originário do Edital de Concorrência nº 001/05/2000 do Município de Primavera do Leste, Estado do Mato Grosso, celebrado em 25 de agosto de 2000, conforme aditado (“Contrato de Concessão Primavera”); e (3) do Contrato de Concessão decorrente do Edital de Concorrência Pública nº 02/2001 do Município de Campo Verde, Estado do Mato Grosso, celebrado em 29 de novembro de 2001, conforme aditado (“Contrato de Concessão Campo Verde”, que conjuntamente com o Contrato de Concessão Sorriso e o Contrato de Concessão Primavera denominam-se “Contratos de Concessão”). Os recursos correspondentes aos Direitos Creditórios deverão ser necessariamente depositados nas Contas Vinculadas (conforme abaixo definido) mantidas pelas Concessionárias junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., agência 2271: (a) conta corrente número 290067673 (“Conta Vinculada Sorriso”); (b) conta corrente número 290067697 (“Conta Vinculada Primavera”); e (c) conta corrente número 290067680 (“Conta Vinculada Campo Verde”, que conjuntamente à Conta Vinculada Sorriso e Conta Vinculada Primavera denominam-se “Contas Vinculadas”); e (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos das Contas Vinculadas, bem como relacionados a quaisquer investimentos realizados com recursos de tais contas, nos termos dos respectivos contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios, celebrados entre o Agente Fiduciário, o Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de banco centralizador e cada uma das Concessionárias, conforme aditados (em conjunto, “Contratos de Garantia Real”).

4.10.2. A eficácia da Cessão Fiduciária se sujeita, nos termos do artigo 125 do Código Civil, à implementação da condição suspensiva, qual seja, a definitiva liberação e consequente extinção do ônus atualmente existente sobre os Direitos Creditórios e sobre as Contas Vinculadas, constituído no âmbito da Primeira Emissão (“Condição Suspensiva”), observados os demais termos e condições estabelecidos nos Contratos de Garantia Real. 4.11 A Garantia Fidejussória prevista na Cláusula 4.9 acima e as Garantias Reais previstas na Cláusula 4.10 acima serão compartilhadas entre os titulares das Debêntures, de forma *pari passu* e *pro rata*, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão.



5. **DA AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO OBRIGATÓRIO, DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA OBRIGATÓRIA E DO VENCIMENTO ANTECIPADO**

5.1 **Aquisição Antecipada Facultativa**

5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, respeitando o prazo mínimo da Instrução CVM 476, adquirir Debêntures no mercado, desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora, (ii) permanecer em tesouraria, ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 5.1.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 3.8.2 acima.

5.2 **Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Extraordinária Facultativa**

5.2.1 A Companhia poderá, a seu critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, a qualquer tempo, após 90 (noventa) dias contados a partir da Data de Integralização ("Resgate Antecipado Facultativo"), desde que envie notificação à totalidade dos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário, ou publique comunicado aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.8.1 desta Escritura, com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data do respectivo resgate, informando a data e qualquer outra informação relevante ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas.

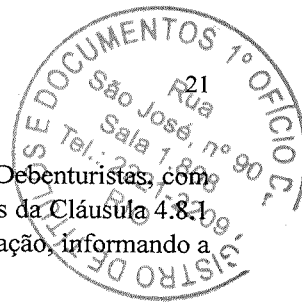
5.2.2 Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Emissora será equivalente ao Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário) a serem resgatadas, acrescido dos Juros Remuneratórios e demais encargos devidos e não pagos até a data do resgate antecipado, calculado *pro rata temporis* até a data do efetivo resgate.

5.2.3 A Emissora deverá comunicar a CETIP, por meio de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário, sobre a realização de Resgate Antecipado Facultativo com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento. O pagamento das Debêntures resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e, nas demais hipóteses, por meio do Banco Liquidante.

5.2.4. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, a qualquer tempo, após decorridos 90 (noventa) dias contados a partir da Data de Integralização, realizar a amortização extraordinária facultativa do Valor Nominal Unitário, limitada a até 98% (noventa e oito por cento) do referido valor ("Amortização Extraordinária Facultativa"), que deverá abranger,



proporcionalmente, todas as Debêntures, desde que envie notificação à totalidade dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publique comunicado aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.8.1 desta Escritura, com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência da data da respectiva amortização, informando a data e qualquer outra informação relevante ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas.



5.2.5 Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa, o valor devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado, acrescido dos Juros Remuneratórios e demais encargos devidos e não pagos até a data da amortização extraordinária, calculado *pro rata temporis* até a data da efetiva amortização.

5.2.6 A Emissora deverá comunicar a CETIP, por meio de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário, sobre a realização da Amortização Extraordinária Facultativa com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento. O pagamento das Debêntures amortizadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e, nas demais hipóteses, por meio do Banco Liquidante.

5.3 Resgate Antecipado Obrigatório ou Amortização Extraordinária Obrigatória

5.3.1 A Emissora obriga-se a resgatar ou amortizar antecipadamente as Debêntures, conforme aplicável nos termos das Cláusulas 5.3.2 e 5.3.3 abaixo, caso sejam desembolsados quaisquer financiamentos de prazo superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contratados por quaisquer das SPEs (conforme definido abaixo), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, Caixa Econômica Federal, outras instituições financeiras internacionais, organismos multilaterais e bilaterais de crédito, instituições financeiras privadas e/ou agências de fomento ("Financiamento de Longo Prazo"). A Emissora se obriga, ainda, a notificar o Agente Fiduciário acerca do desembolso de qualquer Financiamento de Longo Prazo, em até 1 (um) Dia Útil da respectiva ocorrência.

5.3.1.1 Para os fins desta Escritura, o termo "SPEs" designará as seguintes empresas em conjunto: (i) Águas de Santa Carmem S.A., inscrita no CNPJ nº 04.776.975/0001-67; (ii) Águas de União do Sul S.A., inscrita no CNPJ nº 04.352.192/0001-56; (iii) Águas de Jaurú Abastecimento e Distribuição S.A., inscrita no CNPJ nº 15.267.482/0001-18; (iv) Saneamento Básico de Pedra Preta S.A., inscrita no CNPJ nº 06.077.568/0001-97; (v) Águas de São José S.A., inscrita no CNPJ nº 09.607.725/0001-17; (vi) Saneamento Básico de Jangada S.A., inscrita no CNPJ nº 07.005.164/0001-50; (vii) Águas de Marcelândia S.A., inscrita no CNPJ nº 05.849.891/0001-79; (viii) Águas de Vera S.A., inscrita no CNPJ nº 06.200.062/0001-23; (ix) Águas de Peixoto de Azevedo S.A., inscrita no CNPJ nº 03.629.871/0001-67; (x) Águas de Poconé S.A., inscrita no CNPJ nº 10.177.120/0001-12; (xi) Águas de Nortelândia S.A., inscrita no CNPJ nº 05.009.323/0001-60; (xii) Águas de Carlinda S.A., inscrita no CNPJ nº 06.228.031/0001-80; e (xiii) Águas de Cláudia S.A., inscrita no CNPJ nº 06.274.758/0001-02, além das Concessionárias.



Handwritten mark resembling a stylized 'B' or '10'.

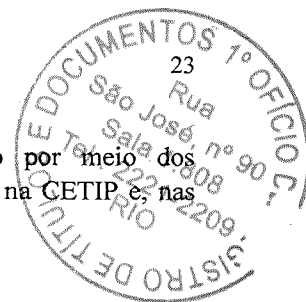
5.3.2 Caso seja desembolsado, pela Emissora ou por qualquer das SPEs, qualquer Financiamento de Longo Prazo cujo valor seja inferior ao saldo do Valor Nominal Unitário ("Financiamento de Longo Prazo A"), a Emissora, mediante envio das comunicações estabelecidas na Cláusula 5.3.4, deverá efetuar obrigatoriamente a amortização extraordinária obrigatória de parcela do Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, no valor equivalente ao Financiamento de Longo Prazo A contratado e efetivamente desembolsado, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário, devendo tal amortização abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures ("Amortização Extraordinária Obrigatória" e, em conjunto com a Amortização Extraordinária Facultativa, "Amortização Extraordinária"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Obrigatória, o valor devido pela Emissora: (i) será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado (equivalente ao valor do Financiamento de Longo Prazo A contratado e efetivamente desembolsado), acrescido dos Juros Remuneratórios e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Obrigatória, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou data do pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior até a data da efetiva Amortização Extraordinária Obrigatória; e (ii) deverá ser pago pela Emissora em até 03 (três) dias úteis após a ocorrência do desembolso do Financiamento de Longo Prazo A em conta livre movimento de titularidade da Emissora e/ou das SPEs, conforme aplicável.

5.3.3 Caso: (i) seja desembolsado, pela Emissora ou por qualquer das SPEs, qualquer Financiamento de Longo Prazo, cujo valor contratado individual seja igual ou superior ao saldo do Valor Nominal Unitário ("Financiamento de Longo Prazo B") ou (ii) quando da verificação do último desembolso devido à Emissora ou a qualquer das SPEs, no âmbito de um Financiamento de Longo Prazo A, não havendo saldo adicional a desembolsar, independentemente do valor do referido ultimo desembolso ("Desembolso Final"), a Emissora, mediante envio das comunicações estabelecidas na Cláusula 5.3.4, deverá efetuar, obrigatoriamente, o resgate antecipado das Debêntures ("Resgate Antecipado Obrigatório" e, em conjunto com o Resgate Antecipado Facultativo, "Resgate Antecipado"). Por ocasião do Resgate Antecipado Obrigatório, o valor devido pela Emissora: (i) será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Obrigatório desde a Data de Emissão ou data do pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior até a data do efetivo resgate; e (ii) deverá ser pago pela Emissora em até 3 (três) dias úteis, após a ocorrência do desembolso do Financiamento de Longo Prazo B ou Desembolso Final em conta livre movimento de titularidade da Emissora e/ou das SPEs.

5.3.4 O Resgate Antecipado Obrigatório e a Amortização Extraordinária Obrigatória, conforme aplicável, serão realizados mediante envio de comunicação à totalidade dos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário, ou publicação de comunicado aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.8.1 desta Escritura, com 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data do respectivo resgate ou amortização, conforme aplicável, informando a data e qualquer outra informação relevante ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas. Adicionalmente, a Emissora deverá comunicar a CETIP, por meio de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário, da realização de Amortização Extraordinária Obrigatória ou Resgate Antecipado Obrigatório com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para o



pagamento. O pagamento das Debêntures amortizadas ou resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e, nas demais hipóteses, por meio do Banco Liquidante e Escriturador.



5.4 Vencimento Antecipado

5.4.1 Eventos de Vencimento Antecipado

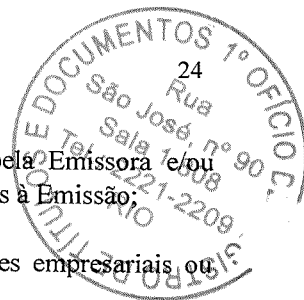
5.4.1.1 Os titulares das Debêntures e/ou o Agente Fiduciário, agindo em conjunto ou isoladamente, poderão, observado o disposto na Cláusula 8.8 abaixo, automaticamente ou por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, conforme o caso, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário), acrescido dos Juros Remuneratórios devidos e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados pro rata temporis a partir da Data de Emissão das Debêntures, ou data do pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (“Eventos de Vencimento Antecipado”):

- (I) nos casos abaixo, de forma automática e independentemente de deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas (exceto se previsto especificamente abaixo) e caso não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretando o vencimento antecipado automático das Debêntures. Nestes casos, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido em até 2 (dois) Dias Úteis contados de sua ciência acerca do inadimplemento;
 - (i) apresentação de: (a) proposta de recuperação judicial ou extrajudicial pela Emissora e/ou pela Interviente Garantidora; (b) autofalência pela Emissora e/ou pela Interviente Garantidora, independente do deferimento do respectivo pedido, ou pedido de falência da Emissora e/ou da Interviente Garantidora formulado por terceiros não elidido ou contestado no prazo legal e/ou decretação de falência, liquidação, dissolução, insolvência (conforme aplicável) ou extinção da Emissora e/ou da Interviente Garantidora;
 - (ii) não pagamento pela Emissora, nas respectivas datas de vencimento previstas nesta Escritura, das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, exceto se o inadimplemento for sanado pela Emissora ou pela Interviente Garantidora no prazo de 01 (um) Dia Útil, contado do vencimento original;
 - (iii) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da definida na Cláusula 3.7 desta Escritura;

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]



- (iv) revelarem-se falsas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou Interviente Garantidora nesta Escritura e/ou nos documentos relacionados à Emissão;
- (v) cessação, pela Emissora ou pela Interviente Garantidora, das atividades empresariais ou adoção de medidas societárias voltadas a sua liquidação ou dissolução;
- (vi) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) direto ou indireto da Emissora e/ou das Concessionárias, exceto: (a) mediante a prévia e expressa aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou (b) se o controle acionário direto ou indireto da Emissora continue sendo exercido pela Família Toledo e pela Família Vettorazzo. Para todos os fins desta Escritura: (I) "Família Toledo" significa, em conjunto, Dalila Cleopath Camargo Botelho de Moraes Toledo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 027.786.808-45, José Carlos Botelho de Moraes Toledo, inscrito no CPF/MF sob o nº 053.879.938-21, Sérgio Luis Botelho de Moraes Toledo, inscrito no CPF/MF sob o nº 095.999.278-26, Mariana Coelho de Moraes Toledo, inscrita no CPF/MF sob o nº 254.798.098-30, e seus respectivos herdeiros; e (b) "Família Vettorazzo" significa, em conjunto, Luis Vital de Sousa Ramos Vettorazzo, inscrito no CPF/MF sob o nº 102.278.678-40, Andréia de Sousa Ramos Vettorazzo, inscrita no CPF/MF sob o nº 087.302.718-35, Roberta de Sousa Ramos Vettorazzo Marcondes, inscrita no CPF/MF sob o nº 079.714.138-31, Ricardo Eugênio de Sousa Ramos Vettorazzo inscrito no CPF/MF sob o nº 184.312.118-22 e seus respectivos herdeiros;
- (vii) ocorrência de cisão, fusão, incorporação ou quaisquer operações ou reestruturações societárias envolvendo a Emissora, exceto se: (a) prévia e expressamente aprovado por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim; ou (b) se a operação em questão ocorrer entre sociedades integrantes do mesmo grupo econômico da Interviente Garantidora;
- (viii) ocorrência de cisão, fusão, incorporação ou quaisquer operações ou reestruturações societárias envolvendo a Interviente Garantidora, exceto se: (a) prévia e expressamente aprovado por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para este fim; ou (b) referidas operações não acarretarem a deterioração da governança corporativa atualmente existente na Emissora, conforme disposto no item "vi", inciso II, da Cláusula 5.4.1.1 desta Escritura; ou (c) a operação em questão não acarretar alteração do controle acionário indireto da Interviente Garantidora, exercido pela Família Toledo e pela Família Vettorazzo;





- (ix) rescisão, anulação, encampação, caducidade de quaisquer das concessões objeto do Contrato de Concessão Sorriso, do Contrato de Concessão Primavera e/ou do Contrato de Concessão Campo Verde;
- (x) realização de novas captações, pela Emissora e/ou pelas SPEs, por meio de quaisquer linhas de crédito, que representem aumento no endividamento financeiro consolidado da Emissora, exceto: (a) se previa e expressamente aprovado por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para este fim; (b) pelos Financiamentos de Longo Prazo, desde que observado o disposto na Cláusula 5.3 desta Escritura; (c) na celebração de empréstimos *intercompany* pela Emissora e/ou as SPEs, na qualidade de devedoras, desde que com empresas controladas direta ou indiretamente pela Interveniente Garantidora; e (d) celebração de empréstimos *intercompany* realizados diretamente entre Emissora e as SPEs e/ou entre as próprias SPEs, hipóteses em que poderão figurar como credora(s) e/ou devedora(s); e
- (xi) insuficiência das garantias prestadas no âmbito da Emissão, que não seja sanada na forma e prazo estabelecido por no mínimo 2/3 (dois terços) dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas para tal fim;
- (xii) descumprimento, pela Emissora ou pela Interveniente Garantidora, de sentença arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado, proferida contra a Emissora ou contra a Interveniente Garantidora, que condene a Emissora ou a Interveniente Garantidora ao pagamento de valor, individual ou agregado, superior a: (a) R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas, devidamente corrigidos monetariamente a partir da Data de Emissão pelo IPCA, no caso da Emissora; e (b) R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) , ou o seu equivalente em outras moedas, devidamente corrigidos monetariamente a partir da Data de Emissão pelo IPCA, no caso da Interveniente Garantidora;
- (xiii) se a Fiança prestada pela Interveniente Garantidora e/ou qualquer das Garantias Reais: (a) se tornar objeto de questionamento pela Emissora, pela Interveniente Garantidora ou pelas Concessionárias; (b) for anulada, considerada nula, inválida ou inexequível por sentença judicial, cujos efeitos não sejam suspensos por recurso cabível no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da respectiva decisão; ou (c) de qualquer forma, deixar de existir, for rescindida ou transferida, por qualquer motivo, desde que, em qualquer das hipóteses, tal garantia não seja substituída por garantia aprovada por no mínimo 2/3 (dois terços) dos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xiv) resgate ou amortização de ações, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura.



ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e



(xv) caso não seja implementada a Condição Suspensiva no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da Data de Integralização;

(xvi) transformação da forma societária da Emissora de sociedade anônima para outro tipo de sociedade, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.

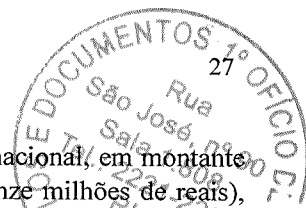
(II) nos casos abaixo, o Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da ciência da respectiva ocorrência, deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) para deliberar sobre a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 5.4.1 desta Escritura. Na Assembleia Geral de Debenturistas (conforme termo definido abaixo) instalada em primeira convocação, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Não havendo aprovação quanto a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures. Na hipótese de não instalação, em segunda convocação, da Assembleia Geral de Debenturistas por falta de quórum, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 5.4.2 abaixo:

- (i) descumprimento, pela Emissora e/ou Interviente Garantidora, de qualquer obrigação não pecuniária descrita nesta Escritura, nos Contratos de Garantia Real, e/ou nos documentos relacionados à Emissão não sanada no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis da comunicação devidamente formalizada por escrito do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário ou por qualquer terceiro, à Emissora, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cura;
- (ii) revelarem-se incorretas e/ou substancialmente omissas quaisquer das declarações prestadas pela Emissora ou Interviente Garantidora nos documentos relacionados à Emissão;
- (iii) se qualquer dos documentos relacionados à Emissão e/ou qualquer disposição material estabelecida nos referidos documentos forem revogadas, rescindidas, se tornarem nulas ou deixarem de estar em pleno efeito e vigor, em razão de uma sentença judicial, cujos efeitos não sejam suspensos por recurso cabível no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da respectiva decisão;
- (iv) não pagamento na respectiva data de vencimento, de qualquer obrigação financeira da Emissora ou da Interviente Garantidora contratadas com quaisquer terceiros, incluindo



Handwritten signature and initials.

Handwritten mark or signature.



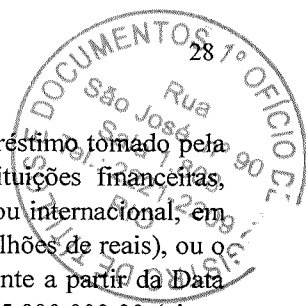
obrigações contratadas no âmbito do mercado de capitais, local e internacional, em montante individual ou agregado igual ou superior a: (a) R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas, devidamente corrigidos monetariamente a partir da Data de Emissão pelo IPCA, no caso da Interviente Garantidora; e (b) R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas, devidamente corrigidos monetariamente a partir da Data de Emissão pelo IPCA, no caso da Emissora;

- (v) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou contra a Interviente Garantidora, cujo valor não pago, individual ou agregado, seja superior a: (a) R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas, devidamente corrigidos monetariamente a partir da Data de Emissão pelo IPCA, no caso da Interviente Garantidora; (b) R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas, devidamente corrigidos monetariamente a partir da Data de Emissão pelo IPCA, no caso da Emissora, exceto se: (i) no prazo máximo de até 05 (cinco) Dias Úteis, a Emissora ou a Interviente Garantidora comprovarem que referido protesto foi indevidamente efetuado, decorreu de erro ou má-fé de terceiros, ou foi sustado ou cancelado; (ii) os efeitos do protesto forem suspensos por decisão judicial; ou (iii) forem apresentadas garantias em juízo pela Emissora ou pela Interviente Garantidora;
- (vi) modificação das regras e melhores práticas de governança corporativa atualmente adotadas pela Interviente Garantidora, dentre as quais: (a) a indicação de pelo menos um dos membros do Conselho de Administração por acionistas minoritários; e (b) a manutenção de um comitê de auditoria para assessoramento do Conselho de Administração que coloque em risco as obrigações decorrentes da Emissão;
- (vii) existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Emissora, que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, ou crime contra o meio ambiente, exceto se efetuada a reparação imposta ou enquanto estiver sendo cumprida a pena imposta à Emissora, observado o devido processo legal;
- (viii) constituição, pela Emissora e/ou pela Interviente Garantidora, sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, de qualquer gravame ou ônus sobre os direitos e bens dados em garantia às obrigações oriundas das Debêntures, ou qualquer outra espécie de cessão ou vinculação sobre os mesmos direitos;
- (ix) redução do capital social da Emissora, sem a prévia aprovação de Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;



Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large 'X' and several smaller marks.

- (x) declaração de vencimento antecipado de qualquer financiamento ou empréstimo tomado pela Emissora e/ou pela Interviente Garantidora, junto a quaisquer instituições financeiras, incluindo operações realizadas no âmbito do mercado de capitais local ou internacional, em valor individual ou agregado superior a: (a) R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas, devidamente corrigidos monetariamente a partir da Data de Emissão pelo IPCA, no caso da Interviente Garantidora; e (b) R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas, devidamente corrigidos monetariamente a partir da Data de Emissão pelo IPCA, no caso da Emissora;
- (xi) inclusão, em acordo societário ou estatuto social da Emissora, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta Escritura;
- (xii) cancelamento, rescisão ou sentença judicial transitada em julgado que declare a invalidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura por sentença judicial, cujos efeitos não sejam suspensos por recurso cabível no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da respectiva decisão;
- (xiii) ocorrência de qualquer dano ambiental relacionado ao Projeto, independentemente de culpa ou dolo da Emissora e/ou das SPEs, que: (a) tenha causado efeitos adversos relevantes; (b) não tenha sido adequadamente sanado ou compensado pela Emissora nos termos e prazos estabelecidos pelas autoridades competentes e pela legislação aplicável; e (c) seja objeto de uma sentença judicial transitada em julgado. Para fins desta Escritura de Emissão, "Projeto" significa: programas de investimento previstos nos respectivos contratos de concessão relacionados à prestação de serviços de saneamento básico pelas SPEs;
- (xiv) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora ou Interviente Garantidora das obrigações assumidas nesta Escritura ou nos Contratos de Garantia Real, exceto se previamente aprovada por no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
- (xv) alienação ou disposição de ativos operacionais das Emissora e/ou das Concessionárias, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas, devidamente corrigidos monetariamente a partir da Data de Emissão pelo IPCA, exceto se previamente aprovada por no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
- (xvi) descumprimento, pela Interviente Garantidora, dos seguintes *covenants* financeiros, auferidos em bases anuais a partir das demonstrações financeiras consolidadas da Interviente Garantidora auditadas de 31 de dezembro de cada ano a serem encaminhadas ao Agente Fiduciário, sendo que a primeira verificação deverá ocorrer com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016:





- Dívida Financeira Líquida/EBITDA: igual ou menor a 3,5x (três vezes e meia); e
- Índice de Cobertura dos Serviços da Dívida: igual ou maior a 1,3x (um vírgula três vezes).

Onde:

“Dívida Financeira Líquida” significa a Dívida Total menos o saldo em caixa e o saldo de aplicações financeiras;

“Dívida Total”: significa, a somatória de (I) todos os endividamentos da Interviente Garantidora no que diz respeito a empréstimos de qualquer instituição financeira, incluindo, sem limitação, obrigações relativas a cartas de crédito; (II) todas as obrigações da Interviente Garantidora representadas por debêntures, notas promissórias ou outros títulos e/ou valores mobiliários similares; (III) todas as obrigações da Interviente Garantidora, na sua condição de arrendatária em contratos de leasing, em conformidade com os termos dos contratos de leasing registrados como leasing de bens do imobilizado, conforme aplicável; (IV) dívidas líquidas do saldo a receber e do saldo a pagar decorrentes de derivativos, incluindo contratos de hedge e/ou quaisquer outros contratos de derivativos.

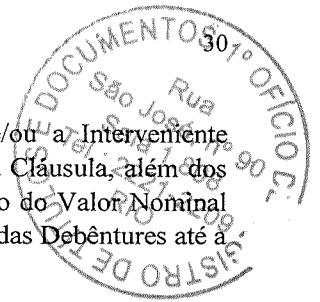
“EBITDA”: significa, para qualquer período, o somatório do resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Interviente Garantidora, acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (a) depreciação e amortização, incluindo a amortização do direito de concessão; (b) provisão de manutenção; e (c) apropriação de despesas antecipadas, sendo certo que o EBITDA deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses.

“Índice de Cobertura dos Serviços da Dívida (ICSD)”: representa a capacidade de pagamento da dívida da Interviente Garantidora e é calculado como o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais, acrescido das captações de dívida, aportes de capital e saldo inicial em caixa e em aplicações financeiras, dividido pelo serviço da dívida da Interviente Garantidora, que inclui o pagamento de juros e do principal da Dívida Total, sendo certo que o ICSD deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses baseado nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de cada ano.

5.4.2 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora e à Interviente Garantidora, com cópia à CETIP, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário) das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de



recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário. Caso a Emissora e/ou a Interviente Garantidora não procedam ao pagamento das Debêntures na forma estipulada nesta Cláusula, além dos Juros Remuneratórios devidos serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário) os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.



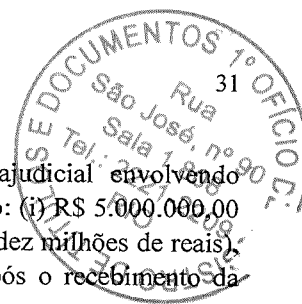
5.4.3 No caso de um dos eventos de vencimento antecipado mencionados nesta Cláusula 5.4 vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 5.4.2 acima, no que diz respeito às Debêntures custodiadas na CETIP, para que a realização do pagamento ali referido ocorra por meio da CETIP, esta deverá ser comunicada com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA

6.1. A Emissora adicionalmente se obriga a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas completas da Emissora relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como de declaração assinada pelo(s) representante(s) legal(is) da Emissora, na forma de seu estatuto social, atestando: (i) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura; (ii) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado descritas nesta Escritura e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; (iii) cumprimento da obrigação de manutenção do registro de companhia aberta perante a CVM; (iv) cumprimento da obrigação de manutenção do departamento de debenturista; (v) que os bens da Emissora foram mantidos devidamente assegurados; e (vi) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora;
 - (b) informações sobre quaisquer descumprimentos da Emissora, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento de tal descumprimento;
 - (c) quaisquer informações que o Agente Fiduciário solicitar, necessárias à verificação do cumprimento, por parte da Emissora, das suas obrigações nesta Escritura, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da notificação enviada pelo Agente Fiduciário;
 - (d) dentro de 30 (trinta) dias após sua realização, cópias das atas das assembleias gerais da Emissora, se houver, que impactem nas obrigações assumidas neste instrumento;





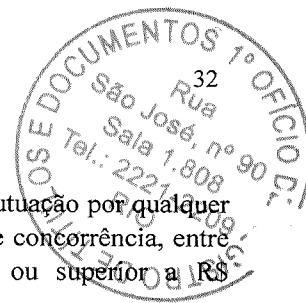
- (e) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial envolvendo procedimento de valor individual ou agregado equivalente a, no mínimo: (i) R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), no caso da Emissora; e (ii) R\$15.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso da Interviente Garantidora em até 5 (cinco) Dias Úteis após o recebimento da referida correspondência;
 - (f) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 5.4.1.1 acima em até 1 (um) Dia Útil após a sua ocorrência;
 - (g) todos os demais documentos e informações que a Emissora e/ou Interviente Garantidora devam apresentar e/ou prestar, nos termos e condições previstos nesta Escritura e nos demais documentos da Emissão, incluindo, mas não se limitando às vias originais da presente Escritura e eventuais aditamentos devidamente registradas na JUCEMAT e nos Cartórios;
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (iii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
- (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
 - (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (iv) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (v) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 1 (um) Dia Útil o Coordenador Líder e o Agente Fiduciário; e
 - (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM;



Handwritten signature/initials.

Handwritten mark or signature.

- (iv) prestar informações, dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis, sobre qualquer atuação por qualquer órgão governamental, de caráter fiscal, trabalhista, ambiental ou de defesa de concorrência, entre outras, em relação à Emissora, de valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (v) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea "c" do subitem (iii) acima; (b) os documentos e as informações exigidas por esta entidade no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009;
- (vi) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (vii) guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Emissão;
- (viii) manter válida toda a estrutura de contratos e/ou acordos relevantes, os quais dão à Emissora, seu controlador direto, suas controladas diretas e indiretas, nos termos do artigo 116 da Lei de Sociedade por Ações, condição fundamental de funcionamento;
- (ix) contratar e manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador e o Agente Fiduciário, bem como tomar todas e quaisquer providências que se façam necessárias para a manutenção das Debêntures;
- (x) manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários;
- (xi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (xii) cumprir todas as determinações da CVM e da CETIP, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (xiv) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

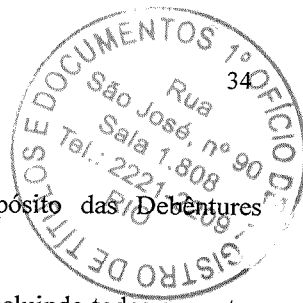




- (xv) notificar, em até 1 (um) Dia Útil, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, bem como qualquer descumprimento das obrigações previstas nesta Escritura;
- (xvi) manter, e fazer com que as Concessionárias mantenham, seus bens adequadamente segurados por companhia de seguro de primeira linha, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora e pelas Concessionárias, sendo que as novas apólices a serem contratadas ou renovadas a partir da presente data deverão ser contratadas por seguradora: (i) que possua classificação de risco (*rating*) de, no mínimo, "AA-", de acordo com a avaliação feita pela Standard & Poor's, pela Fitch Ratings ou pela Moody's; ou (ii) que seja aprovada por, no mínimo 2/3 (dois terços) dos Debenturistas em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xvii) efetuar recolhimentos de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xviii) manter sempre válidas e em vigor (ou solicitar aos devidos órgãos competentes) as licenças (inclusive ambientais) e autorizações que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xix) cumprir com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, inclusive no que tange a destinação dos recursos;
- (xx) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;
- (xxi) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social da Emissora e com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures;
- (xxii) comparecer nas Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado;
- (xxiii) salvo nos casos em que, de boa-fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis à condução dos seus negócios;
- (xxiv) não transferir ou por qualquer forma ceder a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura e nos demais documentos da Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas devidamente convocada para esse fim, exceto por ônus ou gravames constituídos em favor de Financiamentos de Longo Prazo contratados para a implementação do Projeto;

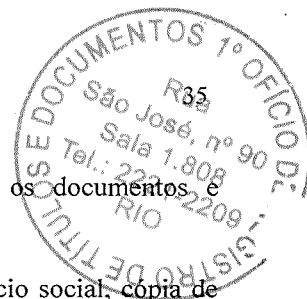


- (xxv) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao depósito das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xxvi) arcar com todos os custos decorrentes (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu depósito na CETIP, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, (c) registro dos Contratos de Garantia Real e seus eventuais aditamentos perante os cartórios competentes; e (d) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador;
- (xxvii) respeitar a legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional, ao meio ambiente, e não incentivar a prostituição, tampouco utilizar ou incentivar mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo ou de qualquer forma infringem direitos dos silvícolas, em especial, mas não se limitando, ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente;
- (xxviii) cumprir e fazer com que Sorriso, Primavera e Campo Verde cumpram rigorosamente com o disposto na legislação ambiental e trabalhista em vigor, em especial na Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e nas demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Obriga-se, ainda, a Emissora, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais, que subsidiariamente venham legislar ou regulamentar as normas trabalhistas e ambientais em vigor
- (xxix) observar e cumprir a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, o Decreto nº 8.420 de 18 de março de 2015 e demais leis aplicáveis relacionadas à prática de corrupção e atos lesivos à administração pública e ao patrimônio público nacional, assim como, desde que aplicável, a U.S *Foreign Corrupt Practice Act of 1977* (em conjunto, as “Leis Anticorrupção”), devendo: (i) manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento às Leis Anticorrupção; (ii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira, conforme aplicável, no interesse ou para benefício, exclusivo ou não, da Emissora e/ou suas afiliadas; (iii) informar, imediatamente, por escrito, ao Agente Fiduciário, detalhes de qualquer violação às Leis Anticorrupção; e (iv) realizar eventuais pagamentos devidos no âmbito deste instrumento exclusivamente por meio de transferência bancária; e
- (xxx) não utilizar, de forma direta ou indireta, os recursos disponibilizados em razão deste instrumento para a prática de atos previstos nas Leis Anticorrupção.



6.2. A Interveniente Garantidora obriga-se a fornecer ao Agente Fiduciário os documentos e informações abaixo listados, bem como cumprir com as seguintes disposições:

- (i) (1) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, devidamente auditadas pelos auditores independentes contratados pela Interveniente Garantidora, acompanhada de parecer dos auditores independentes e memória de cálculo para verificação do cumprimento dos *covenants* financeiros, adicionalmente, fica desde já acordado que os *covenants* financeiros serão acompanhados anualmente pelo Agente Fiduciário, conforme a Cláusula 5.4.1.1.II (vii), com base nos balanços consolidados dos últimos 12 (doze) meses da Interveniente Garantidora, conforme o caso, contados da data-base da apuração dos *covenants* financeiros em questão. Esses *covenants* financeiros deverão ser disponibilizados pela Interveniente Garantidora e/ou pelos auditores independentes ao Agente Fiduciário, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final de tais *covenants* financeiros, bem como de declaração assinada por representante da Emissora e da Interveniente Garantidora atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, além do cumprimento das obrigações previstas na presente Escritura, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Interveniente Garantidora e/ou aos auditores independentes esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (2) quaisquer informações que o Agente Fiduciário solicitar, necessárias ao cumprimento, por parte da Interveniente Garantidora das suas obrigações nesta Escritura, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da notificação enviada pelo Agente Fiduciário;
- (ii) dentro de 30 (trinta) dias após sua realização, cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas, se houver;
- (iii) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 5.4.1.1 acima em até 1 (um) Dia Útil após a sua ocorrência;
- (iv) todos os demais documentos e informações que a Interveniente Garantidora deva apresentar e/ou prestar, nos termos e condições previstos nesta Escritura e nos demais documentos da Emissão;
- (v) prestar informações, dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis, sobre quaisquer autuação pelo órgão governamentais, de caráter fiscal, trabalhista, ambiental ou de defesa de concorrência, entre outras, em relação à Interveniente Garantidora de valor individual ou agregado igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- (vi) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]



- (vii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (viii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (ix) manter seus bens adequadamente segurados por companhia de seguro de primeira linha, conforme práticas usualmente adotadas pela Interviente Garantidora, sendo que as novas apólices a serem contratadas ou renovadas a partir da presente data deverão ser contratadas por seguradora: (i) que possua classificação de risco (*rating*) de, no mínimo, "AA-", de acordo com a avaliação feita pela Standard & Poor's, a Fitch Ratings ou a Moody's; ou (ii) que seja aprovada por pelo menos 2/3 (dois terços) dos Debenturistas, reunidos em assembleia geral de debenturistas;
- (x) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;
- (xi) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures;
- (xii) comparecer nas Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado;
- (xiii) salvo nos casos em que, de boa-fé, a Interviente Garantidora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis à condução dos seus negócios;
- (xiv) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura e nos demais documentos da Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas devidamente convocada para esse fim;
- (xv) responsabilizar-se, em conjunto com a Emissora, pelo pontual pagamento dos serviços relacionados ao depósito das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xvi) responsabilizar-se, em conjunto com a Emissora, por todos os custos decorrentes (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu depósito na CETIP, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador;



40

63

2

10

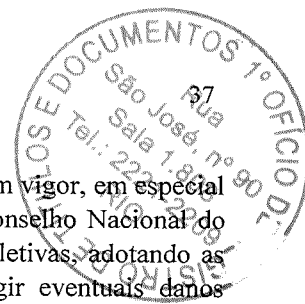
- (xvii) cumprir rigorosamente com o disposto na legislação ambiental e trabalhista em vigor, em especial na Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e nas demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais, que subsidiariamente venham legislar ou regulamentar as normas trabalhistas e ambientais em vigor; e
- (xviii) observar e cumprir as Leis Anticorrupção, devendo: (i) manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento às Leis Anticorrupção; (ii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira, conforme aplicável, no interesse ou para benefício, exclusivo ou não, da Emissora e/ou suas afiliadas; (iii) informar, imediatamente, por escrito, ao Agente Fiduciário, detalhes de qualquer violação às Leis Anticorrupção; e (iv) realizar eventuais pagamentos devidos no âmbito deste instrumento exclusivamente por meio de transferência bancária.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 A Emissora constitui e nomeia Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário desta Emissão, o qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora (“Agente Fiduciário”), com o objetivo de cumprir os deveres estabelecidos nesta Escritura, na legislação e nos Contratos de Garantia Real.

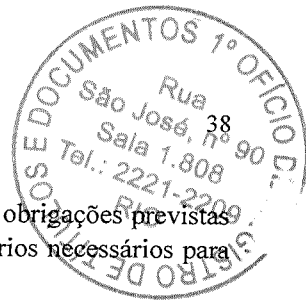
7.1.1 O Agente Fiduciário declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”);
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;



Handwritten signature/initials.

Handwritten signature/initials.



- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) que está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832 de 31 de outubro de 1990;
- (x) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (xi) o representante legal que assina a presente Escritura tem poderes para assumir as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor, conforme disposto em seu Estatuto Social; e
- (xii) que verificará, de acordo com os prazos previstos na presente Escritura e demais documentos da operação, a regularidade da constituição das garantias prestadas aos Debenturistas, bem como sua exequibilidade, após atendidos os requisitos legais para constituição das referidas garantias.

7.1.2 A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.2 Adicionalmente, o Agente Fiduciário faz constar que, na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões:

- (i) Primeira Emissão, cujo vencimento está previsto para 07 de agosto de 2016, em que foram emitidas 100 (cem) debêntures, objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, perfazendo o valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) na respectiva data de emissão. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento, nos termos da respectiva escritura de emissão. Na respectiva data de emissão, as obrigações decorrentes da Primeira Emissão são



garantidas por: (a) garantia fidejussória prestada pela Interviente Garantidora; e (b) Cessão Fiduciária;

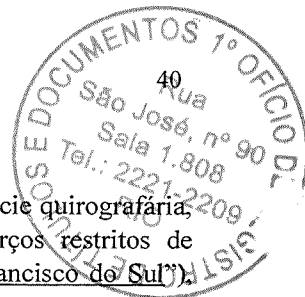


- (ii) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Águas de Sinop S.A. ("1ª Emissão Sinop"), com vencimento em 05 de fevereiro de 2018, em que foram emitidas 7.800 (sete mil e oitocentas) debêntures, perfazendo o montante de R\$78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) na data de emissão. Até a presente data, não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento nos termos da respectiva escritura de emissão. Na respectiva data de emissão, as obrigações decorrentes da 1ª Emissão Sinop são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Interviente Garantidora;
- (iii) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Águas Guariroba S.A. ("Águas Guariroba" e "2ª Emissão Guariroba", respectivamente), com vencimento em 15 de agosto de 2019, em que foram emitidas 20.000 (vinte mil) debêntures, perfazendo o montante de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) na respectiva data de emissão. Até a presente data, não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento nos termos da respectiva escritura de emissão. Na respectiva data de emissão, as obrigações decorrentes da 2ª Emissão Guariroba são garantidas por: (a) garantia fidejussória prestada pela Interviente Garantidora; (b) penhor, em primeiro grau, de ações de emissão da Águas Guariroba e de titularidade da Interviente Garantidora em quantidade equivalente a 25% (vinte e cinco inteiros por cento) do capital social da Águas Guariroba; (c) cessão fiduciária de 25% (vinte e cinco inteiros por cento) dos direitos creditórios oriundos do contrato de concessão celebrado pela Águas Guariroba;
- (iv) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Prolagos S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto ("Prolagos" e "2ª Emissão Prolagos", respectivamente), com vencimento em 15 de agosto de 2019, em que foram emitidas 10.000 (dez mil) debêntures, perfazendo o montante de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) na respectiva data de emissão. Até a presente data, não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento, nos termos da respectiva escritura de emissão. Na respectiva data de emissão, as obrigações decorrentes da 2ª Emissão Prolagos são garantidas por: (a) garantia fidejussória prestada pela Interviente Garantidora; (b) penhor, em primeiro grau, de ações de emissão da Prolagos, de titularidade da Interviente Garantidora, em quantidade equivalente a 25% (vinte e cinco inteiros por cento) do capital social da Prolagos; e (c) cessão fiduciária de 25% (vinte e cinco inteiros por cento) dos direitos creditórios oriundos do contrato de concessão celebrado pela Prolagos;



LP

10



(v) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, objeto de distribuição com esforços restritos de distribuição da Águas de São Francisco do Sul SPE S.A. ("1ª Emissão São Francisco do Sul"), com vencimento em 30 de outubro de 2018, em que foram emitidas 41.500 (quarenta e um mil e quinhentas) debêntures, perfazendo o montante de R\$41.500.000,00 (quarenta e um milhões e quinhentos mil reais) na respectiva data de emissão. Até a presente data, não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento nos termos da respectiva escritura de emissão. Na respectiva data de emissão, as debêntures da 1ª Emissão São Francisco do Sul são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Interviente Garantidora; e

(vi) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em duas séries, objeto de distribuição com esforços restritos de distribuição da Águas de Timon Saneamento S.A. ("2ª Emissão Águas de Timon"), com vencimento em 30 de outubro de 2018 para ambas as séries, em que foram emitidas 2.900 (duas mil e novecentas) debêntures, no âmbito da 1ª série, e 2.600 (duas mil e seiscentas) debêntures, no âmbito da 2ª série, totalizando 5.500 (cinco mil e quinhentas) debêntures, perfazendo o montante de R\$55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais) na respectiva data de emissão. Até a presente data, não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento nos termos da respectiva escritura de emissão. Na respectiva data de emissão, as obrigações decorrentes da 2ª Emissão da Águas de Timon são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Interviente Garantidora.

7.3 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3.1 Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.3.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante convocação de Assembleia Geral de Debenturistas solicitando sua substituição.



7.3.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia geral de debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.3.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCEMAT, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

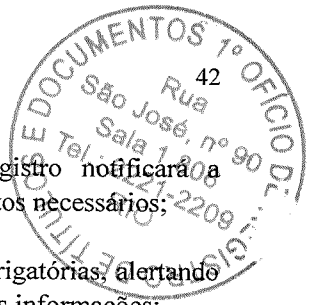
7.4 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (v) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para inscrição desta Escritura sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



obrigação não pecuniária pela Emissora. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- (vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (ix) verificar a regularidade da constituição das garantias prestadas aos Debenturistas, bem como sua exequibilidade, após atendidos os requisitos legais para constituição das garantias reais e garantia fidejussória;
- (x) intimar a Emissora a reforçar as garantias dadas, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (xi) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas, juntas de conciliação e julgamento e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora e/ou Interviente Garantidora;
- (xii) solicitar, quando considerar necessário, e de forma justificada e por escrito, auditoria extraordinária na Emissora;
- (xiii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9.1 acima;
- (xiv) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xv) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora deverá enviar todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, inclusive organograma do grupo societário da Emissora, contendo controladores e integrantes de bloco de controle, controladas, sociedades sob controle comum e coligadas, no encerramento de cada exercício social, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Companhia até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório.
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

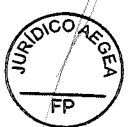


Handwritten signature/initials.

Handwritten mark/initials.



- (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições, vendas, resgate, conversão e repactuação de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
 - (g) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (h) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (i) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (j) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures;
 - (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28 (conforme alterados); e
 - (l) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- (xvi) colocar o relatório de que trata o item (xv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no escritório do Agente Fiduciário; e
 - (c) na CVM.

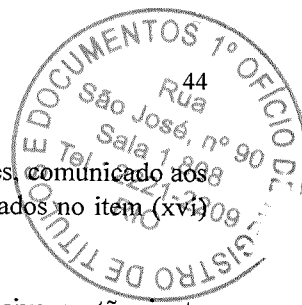


- (xvii) publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xvi) acima;
- (xviii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;
- (xix) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias da ciência pelo Agente Fiduciário de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (xxi) verificar a manutenção da suficiência e exequibilidade das garantias prestadas; e
- (xxii) disponibilizar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*, o valor unitário das Debêntures calculado pelo Agente Fiduciário e verificado pela Emissora.

7.4.1 Adicionalmente, cabe ressaltar que o Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos de administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico, exceto pela verificação da regular constituição dos referidos documentos, conforme previsto na Instrução CVM 28, e que tenha sido, ou venha a ser, encaminhado pela Emissora ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será, ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de tais documentos, os quais permanecerão sob a obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

7.4.2 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura e dos demais documentos da operação.

7.4.3 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando



FP

10



previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observados os quoruns específicos estabelecidos na Cláusula 8ª desta Escritura.

7.4.4 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e/ou desta Escritura.

7.5 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, uma vez não remediado no respectivo prazo de cura e observados os termos desta Escritura:

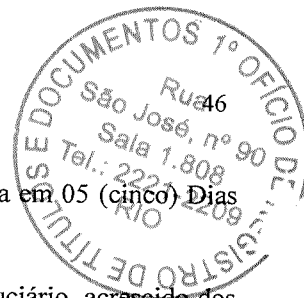
- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- (ii) executar a garantia adicional, aplicando o produto no pagamento integral ou proporcional dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência da Emissora, caso seja de interesse dos Debenturistas;
- (iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.6 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (v) acima.

7.7 Será devido ao Agente Fiduciário o pagamento de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, a ser realizado em



parcela única de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), sendo tal parcela devida em 05 (cinco) Dias Úteis após a assinatura da Escritura.



7.7.1 O pagamento da remuneração descrita acima deverá ser feito ao Agente Fiduciário, acrescido dos valores relativos aos impostos e incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), e, ainda, quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto sobre a Renda Retido na Fonte), incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos, multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes sobre as alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.7.2 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando os valores em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.7.3 A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário, ainda esteja exercendo atividades inerentes a sua função em relação à Emissão, observado que, neste caso, a remuneração devida será calculada *pro rata die* e não inclui o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

7.7.4 A remuneração ora proposta não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, as quais estão estabelecidas na Cláusula 7.8.3 desta Escritura.

7.7.5 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito em conta indicada pelo Agente Fiduciário a ser realizado pela Emissora.

7.8 A Emissora, mediante, sempre que possível, prévia aprovação por escrito, ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.8.1 O ressarcimento a que se refere a Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.



Handwritten signature or initials.

Handwritten mark or signature.

47

7.8.2 No caso de ocorrência de Evento de Inadimplemento, todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e ressarcidas pela Emissora. Caso a Emissora se recuse a pagar, as despesas poderão ser adiantadas pelos Debenturistas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, correspondem a depósitos, custas, taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário e quaisquer outras despesas decorrentes da atuação deste, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.8.3 As despesas a que se refere a Cláusula 7.8 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) obtenção de certidões e despesas cartorárias;
- (iii) despesas com *conference call* e contatos telefônicos;
- (iv) despesas de viagem entre estados da federação (transporte, alimentação e hospedagem), quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas;
- (v) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- (vi) fotocópias, digitalizações, envio de documentos.

7.8.4 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

7.8.5 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário no exercício de sua função ou decorrente deste exercício, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas; tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas.



7.8.6 No caso de inadimplemento superior a 30 (trinta) dias pela Emissora em relação ao pagamento da remuneração e das despesas reembolsáveis ao Agente Fiduciário, esses valores deverão ser adiantados pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidos pela Emissora.



8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas”).

8.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou (iv) pela CVM. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas far-se-á mediante edital publicado por 3 (três) vezes, com a antecedência de 20 (vinte) dias, em um jornal de grande circulação, utilizado pela Emissora, dispensa a necessidade de convocação no caso de presença dos Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação.

8.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.5 Será: (i) obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora; e (ii) facultativa a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário. Não obstante o disposto nesta Cláusula, a presença os representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas será obrigatória sempre que for solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário.

8.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 8.8.1 abaixo, ou pelos demais quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura, todas as deliberações a serem tomadas em

Handwritten signatures and stamps at the bottom right of the page, including a circular stamp that reads "JURIDICO AEGEA" and "FP".

Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

8.8.1 Não estão incluídos no quórum a que se refere à Cláusula 8.8 acima as alterações de prazos, valor e forma de remuneração das Debêntures, alteração e/ou renúncia dos termos e condições da Fiança e das Garantias Reais, amortização e/ou resgate ou das hipóteses de declaração de vencimento antecipado pelo Agente Fiduciário, bem como alterações das disposições desta cláusula, que dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (“Quórum Qualificado”).

8.8.2 A alteração do Quórum Qualificado dependerá da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

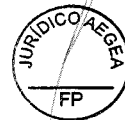
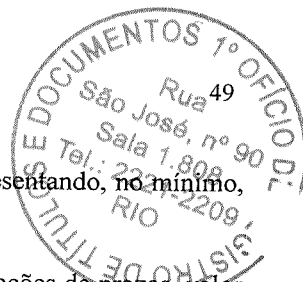
8.8.1.2 Para efeito da constituição de quórum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula 8ª, serão consideradas como “Debêntures em Circulação” aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau e respectivos cônjuges destes últimos.

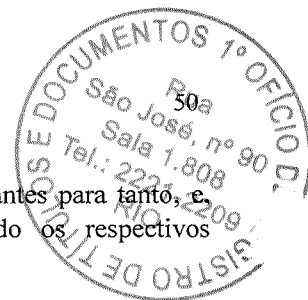
8.8.1.3 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido em respectiva Assembleia.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA

9.1 A Emissora declara e garante que:

- (i) é sociedade por ações de capital fechado devidamente constituída e organizada, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura, do Contrato de Distribuição, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;





- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto, e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ordem, sentença ou decisão, judicial ou arbitral, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; e/ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, inclusive ambientais, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCEMAT e o depósito das Debêntures na CETIP;
- (vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- (viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (ix) manterá os seus bens adequadamente segurados, nos termos da Cláusula 6.1, inciso (xvi), acima;
- (x) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (xi) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade;
- (xii) a Emissora tem todas as autorizações, inclusive ambientais exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais necessárias para exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, inclusive declara e garante que solicitará e manterá válidas todas e quaisquer autorizações de que trata esse item (xii), as quais venham a ser futuramente necessárias e exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para exercício de suas atividades;
- (xiii) o balanço da Emissora, data-base de 30 de Dezembro de 2015, representa corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquela data e foi devidamente elaborado em conformidade



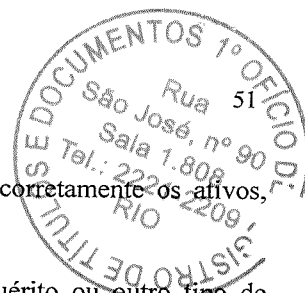
Handwritten signature/initials.

Handwritten mark.

Handwritten mark.

com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;

- (xiv) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de conhecimento da Emissora, que possa vir a afetar de forma material a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e/ou por aquelas constantes das demonstrações financeiras da Emissora;
- (xv) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.7 acima;
- (xvii) responsabiliza-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidas com a Emissão;
- (xviii) observa, nesta data, a legislação aplicável em vigor, em especial a legislação trabalhista (incluindo legislação relacionada à saúde e à segurança do trabalho), de forma que não utiliza, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas a de escravo ou trabalho infantil, a legislação previdenciária e a legislação ambiental (incluindo legislação aplicável à proteção ao meio ambiente), exceto obrigações relacionadas à legislação de proteção ao meio ambiente que esteja em discussão pela Emissora na esfera judicial, administrativa e/ou arbitral;
- (xix) cumpre todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, os quais são pautados pelo respeito e observância aos melhores padrões socioambientais, exceto a(s) lei(s), regulamento(s), norma(s) administrativa(s) e determinação(ões) do(s) órgão(s) governamental(is), autarquia(s) ou tribunal(is) que seja(m) objeto(s) de discussão(ões) pela Emissora na esfera judicial, administrativa e/ou arbitral;
- (xx) inexistente violação de qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento contra a prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, as Leis Anticorrupção pela Emissora e/ou quaisquer de suas controladas; e
- (xxi) nem a Emissora, nem qualquer de suas controladas ou diretores, membros de conselho de administração: (a) utilizou os seus recursos para contribuições, doações ou despesas de representação ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; (b) fez qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, praticou quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (c) violou qualquer dispositivo das Leis Anticorrupção; ou (d) fez qualquer pagamento de propina ou qualquer outro valor ilegal, ou influenciou o pagamento de qualquer valor



indevido.



9.2 A Interveniente Garantidora declara e garante que:

- (i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários, necessários para tanto;
- (ii) é sociedade por ações de capital aberto devidamente constituída e organizada, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (iii) a Fiança ora prestada constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Interveniente Garantidora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil;
- (iv) a celebração desta Escritura e a prestação da Fiança aqui estabelecida não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual a Interveniente Garantidora seja parte, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Interveniente Garantidora ou de qualquer de seus controladores, exceto por aqueles já existentes na presente data e/ou (c) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (v) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Interveniente Garantidora de suas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro da presente Escritura na JUCEMAT e nos Cartórios;
- (vi) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo a Interveniente Garantidora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa impedir a outorga da Fiança;
- (vii) não omitiu, ou omitirá, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Interveniente Garantidora em prejuízo dos Debenturistas;
- (viii) as obrigações assumidas nos termos desta Escritura não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-la de suas obrigações ou afetá-la, inclusive, porém não limitados, aos seguintes: (i) qualquer extensão de prazo ou acordo entre os Debenturistas e a Interveniente Garantidora; (ii) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos titulares das Debêntures contra a





Emissora; ou (iii) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive sua falência, pedido de recuperação extrajudicial ou judicial;

- (ix) não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação à outorga da Fiança;
- (x) as informações e declarações contidas nesta Escritura em relação à Interveniente Garantidora e à Emissão, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (xi) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura; e
- (xiii) inexistência de qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento contra a prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, as Leis Anticorrupção; e
- (xiv) não (a) utilizou os seus recursos para contribuições, doações ou despesas de representação ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; (b) fez qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, praticou quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (c) violou qualquer dispositivo das Leis Anticorrupção; ou (d) fez qualquer pagamento de propina ou qualquer outro valor ilegal, ou influenciou o pagamento de qualquer valor indevido.

9.3. A Emissora e a Interveniente Garantidora, se comprometem a notificar, aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados a partir do respectivo conhecimento, caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se, total ou parcialmente, inverídicas, incompletas ou incorretas por atos ou fatos ocorridos antes da celebração desta Escritura, que venham a ser constatados após a data de celebração desta Escritura.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora:

NASCENTES DO XINGU PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A.

Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1744, 8º andar, Jardim Paulistano

CEP 01451-910, São Paulo, SP, Brasil

At.: Sr. Flávio Crivellari/Ana Paula Fernandes Achcar/Silvia Leticia Tesseroli

Telefone: (11) 3818-8150



Handwritten signature/initials.

Handwritten signature/initials.

Fax: (11) 3818-8156
e-mail: op.financeiras@aegea.com.br



(ii) Para a Interveniente Garantidora:

AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES

Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1744, 8º andar, Jardim Paulistano
CEP 01451-910, São Paulo, SP, Brasil
At.: Sr. Flávio Crivellari/Ana Paula Fernandes Achcar/ Silvia Leticia Tesseroli
Telefone: (11) 3818-8150
Fax: (11) 3818-8156
e-mail: op.financeiras@aegea.com.br

(iii) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 8, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca
Rio de Janeiro, RJ
CEP 22640-102
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro, Sra. Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira
Telefone: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
e-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

(iv) Para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal
São Paulo, SP
CEP 03084-010
At.: Sr Luiz Petito
Tel.: (11) 2797-4441
Fax: (11) 2797-3140
e-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

(v) Para o Escriturador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar
São Paulo, SP
CEP 04538-132



Handwritten signature/initials.

Handwritten mark.

Handwritten mark.

At.: Sr Luiz Petito
Tel.: (11) 2797-4441
Fax: (11) 2797-3140
e-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br



(vi) Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar
Rio de Janeiro, RJ
CEP 20031-170
Telefone: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481 ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar
São Paulo, SP
CEP 01452-001
At.: Superintendência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3115-1564
e-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

10.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

10.1.3 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

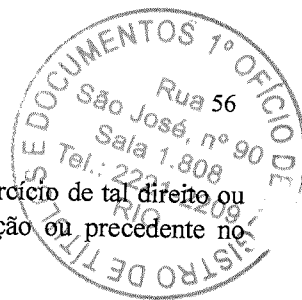
10.1.4 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as Partes pela Emissora.

10.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “Dia Útil” qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados nacionais, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo ou na Cidade de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “Dia Útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

10.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos

[Handwritten signatures and initials]

Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



10.4 As Partes concordam que a Escritura, assim como os demais documentos da Emissão, poderão ser alterados sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, exclusivamente nas seguintes hipóteses: (i) adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA ou da CETIP; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

10.5 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.6 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.7 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e III do artigo 784 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

10.8 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.9 Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e da Fiança, bem como de eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora e Interviente Garantidora.

10.10 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 10 (dez) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 29 de julho de 2016.

[REMANEÇA DA PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]





(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Nascentes do Xingu Participações e Administração S.A.)

EMISSORA:

NASCENTES DO XINGU PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A.

Por:

Cargo:

Silvia Leticia Tesseroli
RG: 24.857.591-0
CPF: 861.325.399-72

Por:

Fabiano Abujadi Puppi
RG: 23.688.586-8 SSP/SP
CPF: 269.453.778-22



3º Cartório
Região Cx-A Vila Madalena

Av. Brig. Faria Lima, 382 - CEP: 05426-200 - Fone: (11) 3816-7700
Andréia Ruzzante Gagliardi - OFICIAL TITULAR

6610(s): 2 Atas: 1072AA-501556
Reconheço por semelhança a firma de: (1) SILVIA LETICIA TESSEROLI e (1)
ABIANO ABUJADI PUPPI em documento com valor econômico, dou fé.
SÃO PAULO, 29 de Maio de 2016.
Em testemunho da verdade.

ALEX SILVA CARDOSO - ESCRIVENTE AUTORIZADO
(VALOR UNIT. R\$ 8,15; QTD: (2); TOTAL R\$ 16,30)

3º SUBD. VILA MADALENA
Douglas Silva de Moura
Escrivente Autorizado





(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Nascentes do Xingu Participações e Administração S.A.)

AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Por:

Cargo:

Flavio M. Tarchi Crivellari
RG: M 667.862-4
CPF: 885.468.616-14

Por:

Cargo:

Hamilton Amadeo
RG: 32.542.228-X
CPF: 039.375.108-03



39°

Cartório

Registral Cda de Vila Madalena

Av. Brig. Faria Lima, 382 - CEP: 05426-200 - Fone: (11) 3816-7700

Andreia Ruzzante Gagliardi - OFICIAL TITULAR

Selo(s): 2 Atos: 1072AA-501566

Reconheço por semelhança a firma de: (1) FLAVIO MARTINS TARCHI
RIVELLARI e (1) HAMILTON AMADEO em documento com valor econômico, dou fé
SÃO PAULO, 29 de Junho de 2016.

Em testemunho da verdade.

ALEX SILVA CARDOSO - ESCRIVENTE AUTORIZADO
(VALOR UNIT. R\$ 8,15; QTD: (2); TOTAL R\$ 16,30)

39° SUBD. VILA MADALENA
Douglas Silva de Moura
Escrivente Autorizado




JNSP


DOCUMENTOS 1º OFÍCIO DE
Rua
São José, nº 90
Sala 1.808
Tel.: 2221-2209


(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Nascentes do Xingu Participações e Administração S.A.)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Por: 
Cargo: Procuradora
RG: 45.008.309-3

TESTEMUNHAS:

1. 
Nome: Adriana dos Santos Reis
RG: 354.309.708-32
CPF: 45.477.891-0

2. 
Nome: Evelyn Roque Leal
RG: 35.242.897-1
CPF: 362.120.158-05

12º TABELIÃO de NOTAS
CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS
Alameda Santos, 1470 - São Paulo - SP - Cep 01118-000
BEL. HOMERO SANTI - TABELIÃO - Tel. (11) 3549-6277 - Fax (11) 3284-6362

Reconheço por semelhança a firma: GABRIELA FILGUEIRAS PA
CHEDO, a qual confere com o padrão depositado em Cartóri
o.

São Paulo, 29 de Julho de 2016
Em testemunho da verdade.
Cleber Gonçalves - Escrevente Autorizado
1607291614305 (Firma: R\$ 8,15; Total: R\$ 8,15)

11º Cartório do 11º Tabelião de Notas de São Paulo
R. Domingos de Moraes, 1062 - Vila Mariana - SP - Cep 04010-100 - Fone: (11) 5085-5755
Bel. Paulo Augusto Rodrigues Cruz - Tabelião

Reconheço por SEMELHANÇA COM VALOR ECONÔMICO a(s) Firma(s) de: ADRIANA DOS
SANTOS REIS e EVELYN ROQUE LEAL, a qual confere com padrão depositado em
Cartório.

São Paulo/SP, 29/07/2016 - 16:51:34
Selo: 1882719EE Em testemunho da verdade. Total R\$ 16,38
Usuário: MARISTELA VALERIA REGINA CARREIRO - ESCRIVENTE

Qualquer emenda ou rasura será considerada inexistente e a nulidade.

114454
FIRMA
VALOR ECONÔMICO 2
1097AB0330306

CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS
AL. SANTI - TABELIÃO - FIRM
Cleber Gonçalves - Escrevente Autorizado
1607291614305

JURIDICO AEGA
FP

10. OFÍCIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - RIO DE JANEIRO
Rua São José, 90 / 1808 - Centro - Rio de Janeiro - (21) 2221-2209

Apresentado hoje, protocolado e registrado em mídia ótica sob o No. 1885506

Rio de Janeiro, 03/08/2016

CYNTHIA CAMERINI MAGALHAES
02102626725

SELO: EBQW29095 ALEATORIO: ICH
Consulte a validade do selo em: <https://www3.trj.jus.br/sitepublico>

10. Ofício do Registro de Títulos e Documentos
Cidade do Rio de Janeiro
Rua São José, 90 / 1808 - Centro - Rio de Janeiro - (21) 2221-2209

pedido da parte interessada, o presente documento foi averbado a argem do registro de nº. 1848018